



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

**1ª Comissão Especializada Permanente
de Administração e Finanças e Proteção Civil e Segurança**

ATA N.º 02/XIV-1º/2025-29

- 1 - Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis, pelas 18:45, na Sede da Assembleia Municipal de Almada, sita no Largo 5 de Outubro, nº 34, na Cova da Piedade realizou-se uma reunião da 1ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Municipal de Almada.
- 2 - Verificaram-se as presenças, faltas, justificações de falta e presenças dos eleitos em substituição constantes do Anexo 1.
- 3 - Ordem de Trabalhos da reunião:

Ponto Único: Ponto de situação relativo ao 1.º semestre de 2026, pelo Serviço Municipal da Proteção Civil

- 4 - Verificaram-se as seguintes presenças em representação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal:
Débora Rodrigues (PS), Miguel Caldeira Pais (PSD), Luís Sales Cordeiro (Chega) e Pedro Matias (PS), Francisca Parreira (Vereadora) acompanhada por António Simões Guerra Godinho (Diretor da Proteção Civil de Almada).
Verificaram-se as presenças dos seguintes eleitos em substituição: Maria Palma (PS), em substituição de Sandra Chaíça (PS), Mário Tavares Paracana (Chega), em substituição de Patrícia de Carvalho (Chega). Registaram-se as faltas de Vasco Gonçalves (CDU), Amélia Pardal (CDU) e Luís Durão (PSD).
- 5 – Verificaram-se ainda as seguintes presenças em representação de Entidades Externas:
(Nenhuma)
- 6 - Tomou-se conhecimento do expediente:
(Nada a Registrar)



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7 - Apreciação/conclusões das matérias da ordem do dia:

No âmbito do Ponto Único da Ordem de Trabalhos (Ponto de situação relativo ao 1.º semestre de 2026, pelo Serviço Municipal da Proteção Civil), a Senhora Presidente da Comissão, Débora Rodrigues (PS), deu início aos trabalhos e concedeu a palavra à Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Almada, Francisca Parreira, para a apresentação do tema.

Na sua intervenção inicial, a Senhora Vereadora começou por enquadrar que o primeiro semestre de 2026 ficou fortemente marcado pelas intempéries que afetaram o concelho, exigindo a tomada de decisões técnicas e políticas céleres focadas na proteção e salvaguarda das populações. Detalhou que a Comissão Municipal de Operações de Socorro (CCOM) realizou vinte e nove reuniões para monitorizar e responder às ocorrências registadas em áreas críticas como Santo António, Azinhaga dos Formosinhos e São João.

Relativamente ao episódio relacionado com a rede de água, esclareceu que a situação foi gerida no âmbito do plano de contingência e das medidas de mitigação da responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), tendo a Proteção Civil integrado o gabinete de crise criado para o efeito, sem necessidade de intervenção direta e salvaguardando a autonomia operacional daquela entidade.

A Senhora Vereadora destacou ainda que, paralelamente às situações de emergência, o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) manteve a sua atividade corrente, nomeadamente o projeto «Praia Protegida», o controlo da vespa asiática, a celebração de protocolos para a juventude no âmbito da ocupação de tempos livres, a cooperação com o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) e o cumprimento de obrigações formais como a atualização do Plano Municipal de Proteção Civil.

No tocante à capacitação técnica e operacional, referiu as ações de formação dirigidas à população sobre riscos e medidas de autoproteção, a continuidade do programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) e o trabalho já desenvolvido pelas equipas de sapadores florestais na Bateria da Raposa, reforçando a urgência na aprovação e execução da empreitada para a reabilitação integral das instalações do SMPC naquele local.

Relativamente à Polícia Municipal, notou que o processo de recrutamento tem enfrentado constrangimentos decorrentes de uma carreira pouco aliciante e de critérios



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de seleção exigentes, sugerindo a importância de um enquadramento legislativo nacional que valorize este setor, informando que se encontra em curso um novo procedimento concursal.

Quanto à integração dos sapadores florestais na carreira de bombeiros sapadores, esclareceu que o parecer fundamentado emitido pela CCDR Norte foi remetido para a CCDR Centro, onde acabou por ser rejeitado. Interpelada pelo Senhor Deputado Mário Tavares Paracana (Chega) sobre esta fundamentação, a Senhora Vereadora esclareceu que a carreira de bombeiro sapador tem especificidades distintas e que as equipas de sapadores florestais carecem de enquadramento jurídico ao nível da penosidade, sendo consideradas em moldes laborais comuns sem mecanismos de compensação adequados, assegurando, contudo, ser um dossier que continuará a defender junto das instâncias superiores.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Pedro Matias (PS), o qual referiu o impacto da tempestade *Kristin* na aproximação ao período de inverno, assinalando que o evento colocou em evidência diversas fragilidades e deficiências na capacidade de resposta e coordenação no concelho, partilhando uma experiência pessoal vivenciada na ANAFRE durante o evento meteorológico. Questionou se o SMPC tem os pontos negros devidamente identificados e alertou que persistem situações pós-tempestade por resolver pela autarquia.

Deu nota de que a ANAFRE e as Juntas de Freguesia irão receber rádios do sistema SIRESP, geradores e antenas *Starlink* da Secretaria de Estado, defendendo a necessidade urgente de a autarquia traçar uma estratégia e mapear os pontos críticos para evitar o fecho prolongado de vias estruturantes. Manifestou-se favorável à municipalização dos bombeiros, salientando a necessidade de estudos de viabilidade sobre a inclusão dos sapadores florestais e de uma visão estratégica convergente, reforçando que a Bateria da Raposa constitui um ponto estratégico essencial para acolher de forma integrada a Proteção Civil, os Bombeiros e a Polícia Municipal.

Em resposta, a Senhora Vereadora Francisca Parreira começou por refutar a ideia de falta de coordenação no período crítico, recordando as vinte e nove reuniões da CCOM e o empenho das equipas no terreno, cujas limitações decorreram da escassez de recursos e não da ausência de estratégia. Reafirmou que a expansão sustentada do serviço exige a centralização de comandos no polo da Bateria da Raposa.

Sobre a municipalização dos bombeiros, confirmou a concordância com o modelo e informou que, conjuntamente com a proposta de contratos-programa, foram remetidos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

memorandos de entendimento às associações humanitárias, cabendo a estas auscultar os seus órgãos sociais e sócios, tratando-se de um processo formal já iniciado.

Aclarou que a atribuição de geradores e rádios SIRESP às Juntas de Freguesia resulta de fundos do PRR e de competências do Estado enquanto Unidades Locais de Proteção Civil, informando que a CMA efetuou um levantamento para colocação de geradores em locais em falta e adquiriu um sistema redundante de comunicação por satélite próprio para colmatar eventuais falhas do SIRESP. O Senhor Deputado Pedro Matias (PS) interveio de novo, realçando a necessidade de dotar as Juntas de Freguesia de equipamentos de corte e desimpedimento para resposta imediata, ao que a Senhora Vereadora respondeu lembrando que o Presidente de Junta é também um agente de proteção civil e que em situação de emergência todos os serviços autárquicos devem estar em prevenção, reconhecendo que há ainda um caminho a percorrer na capacitação de meios.

A Senhora Presidente da Comissão, Débora Rodrigues (PS), interveio para colocar questões sobre os episódios de deslizamento de terras ocorridos no semestre e a estratégia da autarquia para antecipar e prevenir riscos em locais vulneráveis como Porto Brandão, de modo a evitar a perda de vidas humanas e habitações, enfatizando a importância de comunicar eficazmente os riscos à população. Questionou ainda o número efetivo de candidatos envolvidos no concurso da Polícia Municipal e a existência de pareceres da Proteção Civil sobre as recentes alterações de trânsito efetuadas no concelho.

Em resposta, a Senhora Vereadora Francisca Parreira sublinhou as duas missões complementares da Proteção Civil — prevenção e intervenção —, explicando que o deslizamento na Azinhaga dos Formosinhos foi um evento imprevisto e imprevisível que motivou a imediata evacuação de moradores. Confirmou que a zona permanece desabitada e sob vigilância e que a estabilização definitiva do território exige estudos técnicos aprofundados e a execução de obras de engenharia, estando em curso avaliações específicas para as arribas de Santo António e São João. Diante do reforço da Senhora Presidente Débora Rodrigues (PS) sobre a premência de dar respostas à população e salvaguardar vidas humanas, a Senhora Vereadora reiterou que a segurança total só será alcançada com a concretização das empreitadas.

De seguida, usou da palavra o Senhor Diretor do Serviço Municipal de Proteção Civil, António Simões Guerra Godinho, o qual esclareceu que o SMPC não detém competências na área do trânsito, cabendo essa matéria aos serviços de mobilidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mediante auscultação das forças de segurança.

Em relação à Polícia Municipal, explicou que o procedimento concursal anterior disponibilizou quinze vagas, contando com quarenta e três candidatos, dos quais doze compareceram e onze ingressaram, registando-se uma reprovação. No concurso atual, encontram-se dezassete candidatos em recrutamento para quinze vagas, mantendo-se os requisitos legais. Informou que os agentes em estágio terminarão essa fase a 19 de janeiro, sendo acompanhados por dois agentes recrutados à Polícia Municipal de Sintra, perspetivando-se atingir cerca de trinta agentes operacionais no terreno em meados de 2027. Mencionou os avanços na atribuição de armamento, caracterização de viaturas e fiscalização ambiental, defendendo a revisão em alta das taxas municipais de penalização por despejo ilegal de resíduos para aumentar o efeito dissuasor.

Relativamente à intervenção nas intempéries, reforçou que o SMPC atuou rigorosamente ao abrigo dos oito princípios fundamentais da Proteção Civil, efetuando a evacuação de cento e sessenta pessoas, salientando que a concentração de ocorrências na Costa da Caparica e Caparica e Trafaria facilitou a operacionalização dos meios, embora tenha alertado que em cenários de queda massiva de árvores a desobstrução de vias exige critérios estritos de priorização. A Senhora Vereadora Francisca Parreira complementou, reforçando a importância do treino contínuo e da criação de Unidades Locais de Proteção Civil nas freguesias para capacitar os cidadãos e encurtar o tempo de resposta em emergências.

Tomando a palavra, o Senhor Deputado Mário Tavares Paracana (Chega) questionou o acompanhamento dado às famílias realojadas em unidades hoteleiras, expressando a perceção de que o investimento e a perceção de segurança por parte da população continuam aquém do necessário. Defendeu que a prioridade orçamental do município deveria incidir sobre a segurança e a prevenção em detrimento de candidaturas como a Capital Portuguesa da Cultura, indagando sobre as medidas preventivas para o próximo período homólogo.

Em resposta, a Senhora Vereadora Francisca Parreira concordou com o carácter suprapartidário da segurança e sublinhou que desde 2019 existe uma estratégia em implementação no SMPC. Explicou que as medidas de médio e longo prazo requerem elevado investimento financeiro, estando a ser ultimada uma proposta de reforço orçamental substancial para o setor no Orçamento Municipal de 2027. Defendeu a importância do investimento municipal em diversas áreas, destacando, contudo, o elevado nível de execução orçamental da Proteção Civil.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Senhor Deputado Mário Tavares Paracana (Chega) manifestou a apoio do seu grupo municipal para apoiar o aumento de verbas destinadas à Proteção Civil em sede de Orçamento Municipal. Perante a interpelação da Senhora Presidente Débora Rodrigues (PS) sobre ações imediatas de comunicação e sensibilização, a Senhora Vereadora sublinhou a transparência dos investimentos e a necessidade de equilíbrio na gestão autárquica.

Pelas 20:23, a Senhora Presidente da Comissão, Débora Rodrigues (PS), deu por encerrada a discussão do Ponto Único e propôs que a 1.ª Comissão Permanente elaborasse uma recomendação conjunta e apartidária dirigida ao Executivo Municipal, a subscrever por todos os grupos municipais representados na Comissão e remetida para votação em Assembleia Municipal, propondo o incremento das verbas orçamentais afetas à Proteção Civil e às áreas discutidas.

A elaboração do texto ficou sob a responsabilidade da Senhora Presidente, para posterior envio e aprovação pelos deputados subscritores. Após breve troca de impressões, a reunião foi dada por concluída definitivamente pelas 20:29.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

8 - Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada.

9 – Resultado da votação da Ata:

A Favor: 7

Contra: 0

Abstenção: 0

10 - Por ser verdade se elaborou a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da Comissão.

Almada, 29 de Setembro de 2026.

Assinado por: **DÉBORA FIGUEIREDO CARVALHO
RODRIGUES**

Num. de Identificação: 14204629

Data: 2026.10.12 10:51:10+01'00'

A Presidente da Comissão

O Secretário da Comissão